

BEP - CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PREVBEP

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

- PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014 -

O Conselho Fiscal da **BEP - CAIXA DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVBEP**, Entidade Fechada de Previdência Complementar, patrocinada pelo **BANCO DO BRASIL S A.**, em atendimento às exigências previstas nos artigos 8º, 9º e parágrafo único, inciso I do art. 19 da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004 e do artigo 12 da Resolução nº 29, de 31.08.2009, do então Conselho de Gestão da Previdência Complementar-CGPC, elaborou o presente "**RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO**", com base nas Demonstrações Contábeis e nos Controles Internos da Entidade do **1º SEMESTRE DE 2014**, analisados e detalhados nos tópicos a seguir:

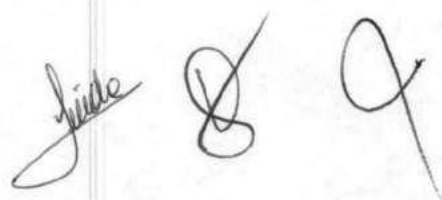
1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Este Conselho analisou a documentação do resultado das aplicações do **Plano de Benefício Definido - BEP**, disponibilizado pela Entidade, base desta manifestação, nos seguintes pontos.

1.1. Aderência da Execução da Política de Investimentos

Os recursos da **PREVBEP** são administrados de forma própria e através de gestores contratados. A gestão é ativa, com atuação de todos os mercados admitidos pela legislação em vigor, buscando obter os retornos previstos na Política de Investimentos. Quando da contratação dos gestores externos de recursos foram utilizados os seguintes critérios:

- **Descrição no processo de escolha de instituições financeira gestoras dos investimentos:** O processo de escolha é baseado na avaliação da tradição, experiência, confiança e solidez.
- **Análise Qualitativa:** Utilização de critérios rigorosos na seleção, objetivando um relacionamento consistente e transparente, em busca dos melhores resultados.
- **Análise Quantitativa:** Análise estatística, retorno simples em relação ao parâmetro comparativo de performance, período, média mensal e anualizada, média geométrica, mínimo e máximo, risco e volatilidade histórica.



1.2. Aderências da Gestão dos Recursos Garantidores

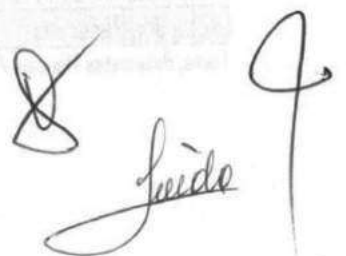
A Gestão dos Recursos do Plano de Benefícios Definido-BD e do Plano de Gestão Administrativa-PGA da **BEP-CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-PREVBEP**, atende às Diretrizes da Política de Investimentos e dos Normativos da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, alterada em parte pela Resolução CMN nº 4.275 de 31 de outubro de 2013, mantendo a macro alocação de 98,73 % em Renda Fixa, no Fundo BB Terra do Sol FI Multimercados. Em regime de condomínio fechado, investidor exclusivo *(as fundas exclusivas são constituídas para receber aplicações de um único cotista ou de um grupo fechado de cotistas)*.

1.3. Gestão de Recursos.

- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:** Antônio de Alencar Vieira – Diretor Financeiro
- **Administração e Gestão:** BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
- **Distribuição, Custódia, Controladoria e Registros:** Banco do Brasil S. A.
- **Sistemas de Riscos:** DNP
- **Índice de Referência e Taxa Mínima Atuarial**
 - **Período de Referência:** 01/01/2014 a 30/06/2014
 - **Indexador:** TR (conforme regulamento vigente)
 - **Taxa de Juros:** 5% aa
 - **Segmento de Renda Fixa:** Desempenho comparado com o CDI
 - **Demais Segmentos:** Comparados com a Meta Atuarial.

1.4. Administradores e Gestores de Carteira

Os recursos da PREVBEP aplicados no mercado financeiro, em consonância com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade, a partir de setembro/2011, migraram em sua totalidade para um único gestor, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. A - BBOTVM, subsidiária



do nosso patrocinador Banco do Brasil S. A. A gestão é ativa, com atuação de todos os mercados admitidos pela legislação em vigor, buscando obter os retornos previstos na Política de Investimentos.

Os ativos que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos riscos de mercado, crédito, liquidez, provenientes do uso de derivativos, taxas de juros e sistêmicos. Para gerenciamento do risco de mercado a Administradora utiliza o método de Valor em Risco (Value-at-Risk - VaR), e com base em análises próprias das empresas ou emissões e no ratings emitidos por agências classificadoras de risco de crédito no país, definindo limites operacionais com a empresa ou instituição financeira, bem como limites participação em emissões.

Dentre os ativos apenas as gestões dos segmentos de empréstimos aos participantes e imóveis são feitas internamente pela administração da Entidade.

1.5. Enquadramentos

1.5.1. Alocação dos Recursos Consolidada

A Gestão de Alocação tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do Plano, através da superação da Meta Atuarial. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar o benchmark definido pela Política de Investimentos [INPC + 5% a.a.]

Alocação dos Recursos Consolidados - 1º Semestre 2014

Segmento	Alocação		Política de Investimentos		Res. CMN 3792/2009
			%		(%)
	Valor	(%)	Mínimo	Máximo	Máximo
Renda Fixa	103.109.967,40	98,74	76,00	90,00	100,00
Plano Previdencial	90.909.114,87	-			
Plano Administrativo	12.200.852,53	11,68			
Renda Variável			10,00	24,00	70,00
Imóveis	924.999,88	0,89	0,70	8,00	8,00
Empréstimos a Participantes	394.751,98	0,38	0,50	15,00	15,00
Total dos Recursos	104.429.719,26	100,00			

Fonte: Balançetes Mensais / Controles Internos

[Handwritten signatures and initials]

1.6. Carteira de Empréstimos

A PREVBEP adota a política de concessão de empréstimos simples aos Participantes e Assistidos obedecendo ao limite percentual de aplicação definido na Resolução nº 3.792, de 24/09/09, do Conselho Monetário Nacional e às normas internas da Entidade. No quadro a seguir são demonstradas as posições de saldos do 2º semestres de 2013 e 1º semestre de 2014.

Empréstimos Concedidos

Discriminação	Valores - Em Reais					Quantidades				
	1º Sem /2014		2º Sem/2013		Variação % H	1º Sem /2014		2º Sem/2013		Variação % H
	Valor	% V	Valor	% V		Um	% V	Um	% V	
Participantes	277.897,52	70,40	227.962,62	58,68	21,90	23	37,10	24	38,10	- 4,17
Assistidos	116.854,46	29,60	160.513,61	41,32	- 27,20	39	62,90	39	61,90	-
TOTAIS	394.751,98	100,00	388.476,23	100,00	1,62	62	100,00	63	100,00	- 1,59

Fonte: Controles Internos

2. RENTABILIDADE DO SEMESTRE

As rentabilidades dos recursos do Plano de Gestão Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa, verificadas no curso do primeiro semestre de 2014, na ordem 5,2557 % e 5,3043 % respectivamente, situaram-se acima da meta atuarial em 2,4315 % e 2,4800%, respectivamente.

Plano/Segmentos	Rentabilidade (%)		
	Realizada	Meta Atuarial (*)	Divergência não Planejada
PLANO PREVIDENCIAL	5,2557	2,8243	2,4315
Renda Fixa (Fundo BB Terra do Sol)	5,298	2,8243	2,4737
Investimentos Imobiliários	1,6998	2,8243	-1,1244
Empréstimos a Participantes	4,1064	2,8243	1,2821
PLANO ADMINISTRATIVO	5,3043	2,8243	2,48
Renda Fixa (Fundo BB Terra do Sol)	5,3043	2,8243	2,4800

Fonte: Balancetes Mensais / Controles Internos / DNP

(*) Meta Atuarial: TR+5% a.a. (Conforme Regulamento do Plano atualmente em vigor)

[Handwritten signatures]

RENTABILIDADE (%)															
Anos	Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acum.
2011	Fundo								1,99	- 0,01	2,02	0,78	0,91	5,81	5,81
	Composto (*)														6,40
	%CDI								194,00	- 1,00	229,00	91,00	100,00	124,00	124,00
	IBOV								5,48	7,38	- 9,47	3,29	1,12	8,85	8,85
2012	Fundo	2,14	1,63	0,94	0,92	- 0,32	0,45	1,58	- 0,36	2,47	1,41	0,72	1,63	14,01	20,63
	Composto (*)	2,16	1,53	0,86	0,94	- 0,51	0,45	1,50	0,78	1,08	0,98	0,64	1,49	12,56	19,76
	%CDI	241,00	220,00	116,00	131,00	- 44,00	71,00	233,00	- 52,00	460,00	232,00	133,00	305,00	167,00	153,00
	IBOV	- 8,99	- 2,71	2,92	5,09	11,53	0,70	- 1,63	- 2,08	- 1,24	4,97	0,01	- 4,42	6,61	16,51
2013	Fundo	0,57	- 0,51	0,08	1,03	- 0,76	- 2,05	1,04	- 0,12	1,38	1,64	- 0,65	0,26	1,89	22,92
	Composto (*)	0,52	- 0,33	0,07	0,83	- 0,67	- 1,63	0,99	0,22	1,32	1,55	- 0,59	0,27	2,66	22,94
	%CDI	98,00	- 106,00	15,00	172,00	130,00	- 346,00	148,00	- 17,00	198,00	204,00	- 91,00	33,00	23,00	101,00
	IBOV	2,53	3,40	1,95	1,82	3,54	9,26	- 0,59	- 3,79	- 3,28	- 2,03	2,62	2,12	17,39	34,92
2014	Fundo	- 1,34	1,28	1,50	1,40	1,20	1,18							5,30	24,50
	Composto (*)	- 1,28	1,34	1,73	1,44	1,22	1,11							5,57	
	%CDI	- 159	203	167	171	146	138							110	103
	IBOV	6,17	2,65	- 5,78	- 1,01	2	- 2,64							1,67	38,41

Fonte: BACEN / Anbima / Cetip / BB OTVM / Melhores Fundos

(*) Taxa Nominal e Composto: desde o início do fundo (Composto = 64% CDI + 20% IMA-B + 16% IBRX)

A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Fundos de Investimento não contam com garantia do administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou Fundo Garantidor de Créditos - FGC

2.1. Evolução da Rentabilidade por Segmento

Planos: Previdencial e Administrativo / Evolução da Rentabilidade Por Segmento 1º Semestre de 2014

Meses	Ativos					Indicadores					
	Plano Previdencial				PGA	Indicadores (%)					
	Renda Fixa	Imóveis	Emp.	Total	Renda Fixa	Meta Atuarial	CDI	Ibov.	INPC	INPC + 5%	TR
Jan	-1,3363	0,2480	0,3092	- 1,3123	- 1,3373	0,5205	0,8400	- 7,5100	0,6300	1,0400	0,1126
Fev	1,2807	0,2858	0,8706	1,2682	1,2807	0,4613	0,7800	- 1,1400	0,6400	1,0500	0,0537
Mar	1,4939	0,2682	0,9765	1,4787	1,4999	0,4341	0,7600	7,0500	0,8200	1,2307	0,0266
Abr	1,3955	0,3145	1,0983	1,3830	1,3972	0,4535	0,8200	2,4000	0,7800	1,1906	0,0459
Mai	1,1983	0,2852	0,4096	1,1857	1,1986	0,4681	0,8600	- 0,7500	0,6000	1,0098	0,0604
Jun	1,1822	0,2862	0,3766	1,1697	1,1813	0,4541	0,8200	3,7600	0,2600	0,6685	0,0465
Acumulado	5,2980	1,6998	4,1064	5,2557	5,3043	2,8243	4,9700	3,2200	3,7874	6,3504	- 0,3462

Fonte: Balançetes Mensais / Controles Internos

Observamos que a rentabilidade do Plano de Gestão Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa, acumulado no semestre atingiram, respectivamente 5,2557 % e 5,3043%, situando-se acima da meta atuarial [TR + 5% a. a. conforme regulamento atua] de 2,8243%, do INPC 3,7874 e de 3,2200% do Ibovespa, inclusive do CDI que alcançou 4,9700%.

2.2. Retrospectiva 1º Semestre 2014

Os ativos com altos riscos não tiveram sucesso na primeira metade de 2014. Quem preferiu adotar maior conservadorismo e se posicionar na renda fixa conseguiu driblar melhor as incertezas e a volatilidade que marcaram o período e defender ganhos reais. Mesmo nessa categoria, contudo, o investidor teve que se esforçar para superar a principal referência, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com variação de 4,97% no ano.

Apesar de um desempenho mais fraco em junho, o destaque do semestre ficou com os títulos atrelados à inflação (as NTN-Bs), que levaram o IMA-B, que reflete o desempenho médio desses papéis, a acumular retorno real (descontado IPCA de 3,68%) de 5,63% no ano. Embora tenham recuado no mês maio, as NTN-Bs mais longas seguem como destaque no ano. Enquanto o título com vencimento em 2035 apresentou rentabilidade nominal de 10,41% no semestre, o de 2045 apresentou valorização de 11,13% e o de 2050, de 11,26%.

Já na renda variável, nenhum índice de referência registrou ganhos acima da inflação entre janeiro e junho. O Ibovespa voltou a subir no mês passado (3,76%, para 53.168 pontos) e registrou alta nominal de 3,22% na primeira metade de 2014 — o índice não fechava um primeiro semestre no campo positivo desde 2009.

Enquanto que na cena cambial, apesar de um início de ano marcado por expectativas de forte apreciação do dólar, a trajetória negativa da moeda americana tem prevalecido, levando a uma queda acumulada de 6,19% no semestre em relação à divisa brasileira. Apenas em junho, o dólar recuou 1,34%, cotado a R\$ 2,21.

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	2014							Real*						
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
Renda Fixa														
Selic (1)	0,85	0,79	0,77	0,82	0,87	0,82	5,02	0,30	0,10	-0,15	0,15	0,41	0,41	
CDI (1)	0,84	0,78	0,76	0,82	0,86	0,82	4,97	0,29	0,09	-0,16	0,14	0,41	0,41	
CDB (2)	0,75	0,77	0,75	0,88	0,82	0,78	4,84	0,20	0,08	-0,17	0,20	0,37	0,41	
Poupança (3)	0,61	0,55	0,53	0,55	0,56	0,55	3,39	0,06	-0,13	-0,39	-0,12	0,11	0,2	
Poupança (4)	0,61	0,55	0,53	0,55	0,56	0,55	3,39	0,06	-0,13	-0,39	-0,12	0,11	0,2	
Fundo Referenciado DI (5)	0,86	0,79	0,78	0,83	0,87	0,82	5,05	0,31	0,10	-0,14	0,16	0,42	0,41	
Fundo de Renda Fixa (5)	0,68	1,10	0,86	1,02	0,97	0,86	5,77	0,13	0,40	-0,06	0,35	0,52	0,51	
IMA-B	-2,55	4,44	0,71	2,42	4,27	0,06	9,52	-3,08	3,72	-0,21	1,74	3,80	-0,21	
Renda Variável														
Ibovespa	-7,51	-1,14	7,05	2,40	-0,75	3,76	3,22	-8,02	-1,62	6,07	1,72	-1,19	3,41	
Índice Small Cap	-8,50	-0,99	4,36	-1,01	1,07	2,75	-2,81	-9,00	-1,67	3,41	-1,67	0,62	2,41	
IBrX 50	-8,20	-0,14	6,84	2,87	-1,46	3,66	2,91	-8,70	-0,82	5,86	2,18	-1,90	3,31	
ISE	-6,86	-2,12	5,80	2,26	-1,67	4,46	1,31	-7,37	-2,79	4,83	1,58	-2,11	4,11	
IDIV	-7,26	-2,20	7,11	2,20	-2,86	4,58	0,87	-7,76	-2,87	6,14	1,52	-3,30	4,21	
IFIX	-6,74	3,77	0,42	1,10	1,37	1,34	0,94	-7,25	3,06	-0,49	0,43	0,91	1,01	
Dólar Comercial Ptax	3,57	-3,83	-3,02	-1,19	0,13	-1,63	-5,98	3,01	-4,49	-3,90	-1,85	-0,31	-1,91	
Dólar Comercial Mercado	2,33	-2,78	-3,24	-1,72	0,49	-1,34	-6,19	1,77	-3,44	-4,12	-2,37	0,04	-1,61	
Euro - R\$/Euro	1,43	-1,51	-3,28	-0,53	-1,93	-1,27	-6,56	0,87	-2,19	-4,16	-1,19	-1,67	-1,61	
Ouro BM&FBovespa	6,73	2,18	-4,76	-2,07	-1,58	3,75	3,87	6,15	1,48	-5,63	-2,73	-2,02	3,41	
Inflação														
IGP-M	0,48	0,38	1,67	0,78	-0,13	-0,74	2,45	-	-	-	-	-	-	
IPCA (6)	0,55	0,69	0,92	0,67	0,45	0,34	3,68	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Anbima, BC, BM&FBovespa, Celip, CMA, FGV, Focus, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Descontado o IPCA. (1) taxa efetiva. (2) rendimento bruto de do mês. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 05/05/12. (4) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (5) MP nº 567 de 03/05/12. (6) está Anbima para o mês de junho. (7) expectativa de 0,34% para o mês de junho

3. COMPOSIÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

3.1 - Receitas Previdenciais

As receitas recebidas no curso do semestre, provenientes de contribuições previdenciárias experimentaram decréscimo da ordem de 3,32 %, em relação ao semestre anterior.

Composição das Receitas de Contribuições Recebidas

Discriminação	Valores em Reais					Quantidades				
	1º Sem/2014		2º Sem/2013		Variação % H	1º Sem/2014		2º Sem/2013		Variação % H
	Valor	% V	Valor	% V		Un	% V	Un	% V	
Ativos	114.532,49	40,10	113.147,62	38,30	1,22	38	20,11	38	19,90	-
Autopatrocinados	53.097,25	18,59	58.504,59	19,80	- 9,24	16	8,47	17	8,90	- 5,88
Assistidos	44.832,42	15,70	50.314,78	17,03	- 10,90	134	70,90	135	70,68	- 0,74
Patrocinador	72.929,93	25,53	73.313,85	24,82	- 0,52	1	0,53	1	0,52	-
Subtotal	285.392,09	99,92	295.280,84	99,95	- 3,35	189	100,00	191	100,00	- 1,05
Out. Rec. Corrente	226,57	0,08	145,31	0,05	55,92					
TOTAIS	285.618,66	100,00	295.426,15	100,00	- 3,32	189	100,00	191	100,00	- 1,05

Fonte: Balançetes Mensais / Controles Internos

3.2 - Despesas com Pagamento de Benefícios

Observamos que a Entidade efetuou no semestre pagamento de benefícios de renda continuada (suplementação de aposentadorias, pensões e auxílios doença), no valor total de R\$ 976.146,55 com acréscimo de 1,76 %, em comparação ao semestre anterior, proveniente do ingresso de novos assistidos, demonstrado no quadro seguinte.

A Entidade encerrou o 1º semestre de 2014 com o total de 188 participantes no Plano de Benefícios, sendo 35 em atividade no patrocinador, 16 autofinanciados, 3 em auxílio doença, 104 aposentados e 30 pensionistas.

89
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

9 8

Demonstrativo das Despesas com Pagamento de Benefícios

Discriminação	Valores em Reais					Quantidades				
	1º Sem/2014		2º Sem/2013		Variacão	1º Sem/2014		2º Sem/2013		Variacão
	Valor	%V	Valor	%V	% H	Um	%V	Um	%V	% H
Tempo Contribuição	786.821,49	79,13	754.986,90	78,72	4,22	88	63,77	87	63,04	1,15
Idade	9.076,56	0,91	9.049,06	0,94	0,30	4	2,90	4	2,90	-
Invalidez	85.134,12	8,56	82.085,92	8,56	3,71	12	8,70	13	9,42	-7,69
Pensões	69.995,33	7,04	75.726,04	7,90	- 7,57	30	21,74	31	22,46	- 3,23
Auxílio Doença	25.119,05	2,53	37.282,33	3,89	- 32,62	3	2,17	3	2,17	-
Sub-totais	976.146,55	98,17	959.130,25	100,00	1,77	137	99,28	138	100,00	- 0,72
Resg.Contribuições	18.197,44	1,83		-		1	0,72		-	
Totais	994.343,99	100,00	959.130,25	100,00	1,77	138	100,00	138	100,00	-0,72

Fonte: Balancetes Mensais / Controles Internos

4. AVALIAÇÃO DOS RISCOS.

Os riscos de créditos estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos e nos Normativos da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e IN/SPC/MPS nº 14, de 18 de janeiro de 2007.

Os ativos que integram a carteira de investimentos estão sujeitos aos riscos inerentes aos mercados e a exposição a estes riscos é observada em sua precificação. Dentre outros, na seleção de ativos, o gestor observa os riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional, legal e sistêmico.

O controle dos riscos citados é feito em áreas específicas do gestor, cabendo a eles zelar pela adequada gestão dos riscos envolvendo os investimentos da Entidade.

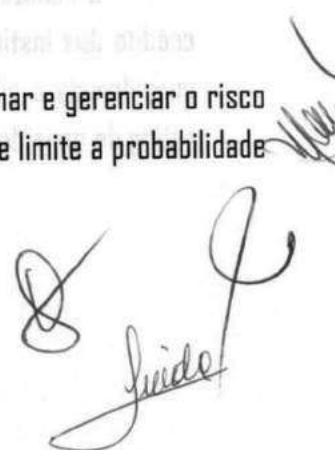
Os critérios de precificação dos ativos e avaliação de risco do gestor foram avaliados no processo de sua contratação e reavaliados periodicamente.

Imagina-se que apenas as aplicações em renda variável oferecem riscos, porém, investimentos de renda fixa podem oferecer riscos. Observação importante: Renda Fixa não pode ser confundida com Rentabilidade Fixa. Vejamos então:

Mudanças nas condições de mercado podem causar ganhos ou perdas de capital, alterando a rentabilidade dos ativos durante sua vigência.

4.1. Risco de Mercado

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.



Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado é feito através do *Benchmark Value-at-Risk* (B-VaR), modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

O Benchmark-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o *benchmark* definido.

O mandato é entendido e gerenciado individualmente, para cada gestor. Caso o mandato exceda o limite de VaR, cabe ao administrador do plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

No caso de rompimento passivo dos limites (provocado por alterações nas condições de mercado), é proibido aumento de exposições a risco, e o gestor, juntamente com a PREVBEP decidirá se a posição geradora do rompimento do limite deverá ser reduzida, eliminada ou mantida para redução em momento mais propício.

No caso de rompimento ativo dos limites (provocado por alterações nas posições de investimento), o reenquadramento imediato é obrigatório. Só se verifica quando o ativo é negociado antes do seu vencimento, pois a liquidação no vencimento é feita pelo valor par (valor do contrato). Os impactos com movimentos de taxas variam:

- *ativos em taxas pré-fixadas*: sofrem desvalorização com a elevação da taxa de juros e apresentam valorização com a queda.

- *ativos com taxas flutuantes ou pós-fixadas*: a) *sem deságio*: não impacta no preço do ativo, apenas no nível do rendimento.

- *com deságio*: o deságio segue as regras dos ativos com taxas pré-fixadas.

4.2. Risco de Crédito

O comitê de crédito do gestor de investimentos é responsável pelo acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras e não financeiras. Além dos critérios de análise de crédito usuais, é considerada a classificação de rating estabelecida pelas agências especializadas. Caso um título possua rating de mais de uma agência é válido o menor rating.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and bottom right.

Quando um emissor é rebaixado de alguma das classificações mínimas pré-definidas, é convocada uma reunião extraordinária com o gestor para decidir se a posição aplicada em títulos desse emissor será liquidada ou mantida.

Aos títulos e valores mobiliários a seguir, é adotado para fins da classificação prevista neste item, o critério atribuído ao respectivo título ou valor mobiliário:

- Debêntures; certificados de recebíveis imobiliários; certificados representativos de contratos mercantis de compra e venda a termos de mercadorias e de serviços que atendam as normas vigentes, e demais valores mobiliários de renda fixa de emissão de sociedades anônimas, inclusive as de objeto exclusivo, cuja distribuição tenha sido registrada na CVM.
- Certificados e recibos de depósito bancário e os demais títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, e depósitos de poupança em instituição financeira;

O risco de crédito das carteiras da PREVBEP também é administrado através da definição de limites de diversificação por emissor. **Risco de Crédito** decorre de uma obrigação de resgate / liquidação, que não seja honrada pela respectiva contraparte (a empresa emitente, ou o Banco) - quando ocorre um default.

No caso de captações pelas Instituições Financeiras (CDB, RDB, LC, LH, LI, Poupança, Depósitos à vista), há o FGC - Fundo Garantidor de Crédito, que cobre até R\$ 60.000,00 por CPF ou CNPJ

4.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira na obtenção de ativos capazes de suportar suas obrigações.

O gestor aplica preferencialmente em ativos com liquidez e todos os ativos das carteiras são marcados a mercado, possibilitando que as posições sejam desfeitas sem impactos relevantes nos investimentos.

Além disso, o gestor de recursos observa as variáveis do cenário econômico que possam alterar a disponibilidade e os custos de recursos no mercado financeiro. **Risco de Liquidez** decorre da facilidade / dificuldade com que se pode converter um ativo em dinheiro vivo, pelo valor de mercado a qualquer momento, antes do seu vencimento. Neste quesito, os investimentos podem ser:

- *com liquidez garantida*: fundos de investimento, poupança, títulos públicos, CDB-DI.
- *não tem liquidez antes do vencimento ou carência*: fundos de capital garantido, títulos de capitalização, previdência, RDB.
- *dependem de achar um comprador*: ações no mercado à vista, debêntures, imóveis, CDB, L.C., L.H.



4.4. Risco Operacional

O risco operacional decorre da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como, de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento, não previsto, que torne impróprio o exercício das atividades da instituição, resultando em perdas inesperadas.

A Entidade identifica, avalia, controla e monitora de forma contínua os riscos operacionais que possam ocorrer em seus processos internos e requer que seus prestadores de serviços também tenham processos que visem minimizar esse tipo de risco.

4.5. Risco Legal

O risco legal está associado ao cumprimento da legislação vigente e às regras determinadas por essa política. Os contratos contêm cláusulas específicas que garantem esses compromissos.

4.6. Risco Sistêmico

O sistema financeiro está permeado por risco sistêmico, isto é, pela possibilidade de um choque localizado ser transmitido ao sistema financeiro como um todo e, eventualmente, levar a um colapso da própria economia. O contágio refere-se ao risco de que problemas em cada instituição venham contagiar todo o mercado, mesmo que as demais instituições estejam tomando cuidados para manter a solidez de suas operações.

Os valores dos ativos podem ser afetados por condições econômicas nacionais, internacionais e por fatores exógenos diversos, tais como interferências dos órgãos reguladores nos mercados, moratórias, alterações da política monetária ou da regulamentação aplicável aos ativos, entre outros, podendo, eventualmente, causar perdas nas carteiras/ fundos da Entidade. O gerenciamento do risco sistêmico é realizado pelos gestores buscando sempre minimizar a exposição a este risco.

5. ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

5.1 – Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial de 2013 com validade até o final deste exercício foi desenvolvida pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que utiliza desde 2006 premissas atuariais baseadas em estudo de aderências de hipóteses, com definições diferentes daquelas praticadas até a Avaliação Atuarial de 2005. O novo método atendeu aos requisitos previstos na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

5.2 – Posicionamentos Evolutivos das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial

Com base nos relatórios elaborados pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, as provisões matemáticas demonstram com toda clareza os compromissos do Plano.

5.3 – Demonstrativos Atuariais

Conclui-se que as premissas, hipóteses atuariais e tábuas biométricas adotadas, estão aderentes aos compromissos do Plano.

5.4 – Coberturas Patrimoniais e Equilíbrio Atuarial do Plano

Verificamos, com base nos balancetes dos Planos, que o patrimônio apurado e demonstrado é plenamente suficiente para a cobertura das obrigações e compromissos previdenciários, apresentando, inclusive, superávit técnico de R\$ 16.987.715,91 em 30.06.2014, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Patrimônio Líquido					Equilíbrio Atuarial				
	1º sem/2014		2º sem/2013		Var % H	1º sem/2014		2º sem/2013		Var % H
	Valor	% V	Valor	% V		Valor	% V	Valor	% V	
Ativo Total	104.954.960,27	100,00	101.003.165,27	100,00	3,91	104.954.960,27	100,00	101.003.165,27	100,00	3,91
(-) Exigível Operacional	216.122,54	0,21	129.393,22	0,13	67,03	216.122,54	0,21	129.393,22	0,13	67,03
(-) Exigível Contingencial	8.857.245,98	8,44	8.457.847,11	8,37	4,72	8.857.245,98	8,44	8.457.847,11	8,37	4,72
(-) Prov. Bef. Concedidos	28.444.653,22	27,10	28.293.064,07	28,01	0,54					-
(-) Prov. Bef. a Conceder	34.617.449,76	32,98	33.505.109,80	33,17	3,32					-
(-) Fundos	15.831.772,86	15,08	15.168.207,60	15,02	4,37	15.831.772,86	15,08	15.168.207,60	15,02	4,37
Resultado	16.987.715,91	16,19	15.449.543,47	15,30	9,96	80.049.818,89	76,27	77.247.717,34	76,48	3,63

Fonte: Balancetes Mensais / Controles Internos

6. DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E REGULAMENTO

No semestre não houve alteração no Estatuto e Regulamento. Com a incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. pelo Banco do Brasil S.A., ocorrida em 28.11.2008, este assumindo a condição de patrocinador da entidade, em 09.07.2009 a Diretoria Executiva da Entidade reencaminhou todos os processos de alteração regulamentar, de distribuição de superávit e convênios de adesão na forma de propostas, buscando, na alteração de regulamento, adequá-lo às Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29.05.2001, para anuência do patrocinador e simultâneo encaminhamento ao Departamento de Coordenação Controle e Governança. Tais documentações, após diversas modificações, foram encaminhadas, após aprovação pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil S A, em 16/06/2014, ao MF/DEST. Após manifestação dos Órgãos Governamentais, serão devolvidos à Prevbep, que comunicará o fato aos participantes ativos e Assistidos, encaminhando o processo à aprovação da Previc.



7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ACOMPANHAMENTO DA FONTE DE CUSTEIO E DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Nos quadros seguintes este Conselho observou que as despesas administrativas situaram-se dentro dos parâmetros estabelecidos na peça orçamentária, elaborada para atender às normas regulamentares.

Quanto ao custeio administrativo, verificamos que a taxa de administração em 30.06.2014, situou-se em 0,46 %, para o limite legal de 1,00%.

7.1. Indicadores de Gestão

Analisando-se os indicadores de gestão, entendemos que os mesmos posicionaram-se dentro dos parâmetros regulamentares, conforme demonstrado a seguir:

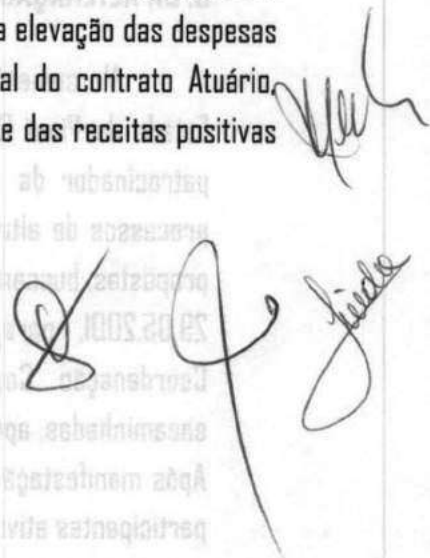
Indicadores de Despesas

Descrição	Posições		
	30/6/2014	31/12/2013	Var %
Despesa Per Capita [R\$]	2.772,02	4.637,58	- 40,23
Despesas Administrativas / Ativo Total [%]	0,50	0,87	- 42,53
Despesas Administrativas s/Patrimônio [%]	0,54	0,95	- 43,16

Fonte: Balancetes Mensais / Controles Internos

7.2. Composição das Despesas Administrativas Consolidadas

As Despesas Administrativas Consolidadas do 1º semestre 2014 atingiram o montante de R\$ 521.139,63 com acréscimo de 9,30 % em relação ao 2º semestre de 2013. O Acréscimo decorre da elevação das despesas com viagens e estadas (transferência Diretor Superintendente), correção anual do contrato Atuarial, serviços extras Informática, e ainda, despesas com tributos e impostos, resultante das receitas positivas ao longo do semestre.



Despesas Administrativas Consolidadas					
Discriminação	1º Semestre / 2014		2º Semestre/2013		Variação % H
	Valor	% V	Valor	% V	
Pessoal e Encargos	221.866,74	42,57	216.875,25	45,49	2,30
Conselheiros	50.298,99	9,65	41.847,41	8,78	20,20
Dirigentes	118.585,58	22,76	134.678,72	0,28	- 11,95
Pessoal Próprio	52.982,17	10,17	40.349,12	8,46	31,31
Treinamento/Congresso	532,00	0,10			
Viagens e Estadas	19.258,25	3,70	940,07	0,20	1.948,60
Serviços de Terceiros	184.975,67	35,49	179.651,57	37,68	2,96
Pessoa Física	31.443,35	6,03	31.443,36	6,59	- 0,00
Consultoria Jurídica	20.174,76	3,87	22.372,08	4,69	- 9,82
Consultoria Atuarial	37.191,90	7,14	29.281,16	6,14	27,02
Consultoria Contábil	53.066,10	10,18	52.082,73	10,92	1,89
Informática	30.297,60	5,81	26.274,36	5,51	15,31
Auditoria Contábil			4.214,46	0,88	- 100,00
Outras	12.801,96	2,46	13.983,42	2,93	- 8,45
Despesas Gerais	92.871,21	17,82	75.382,41	15,80	23,20
Despesas com Tributos	58.168,92	11,16	44.305,94	9,29	31,29
Suprimentos	3.094,29	0,59	4.270,99	0,90	- 27,55
Diversas	31.608,00	6,07	26.805,48	5,62	17,92
Depreciação/Amortizações	1.635,76	0,31	3.950,81	0,83	- 58,60
Totais	521.139,63	100,00	476.800,11	100,00	9,30

Fonte: Balançetes Mensais / Controles Internos

7.3 - Despesas Administrativas Gestão Previdencial

As despesas Administrativas da Gestão Previdencial do semestre sob análise, cresceram 16,13% em relação ao semestre anterior, decorrente da elevação das despesas com Conselheiros e Dirigentes, para adequação ao valor de mercado, e ainda, despesas com tributos e impostos, resultante das receitas positivas ao longo do semestre.



Despesas Administrativas Gestão Previdencial					
Discriminação	Semestres				
	1º de 2014		2º de 2013		Variação %H
	Valor	%V	Valor	%V	
Pessoal e Encargos	118.321,50	40,07	115.659,57	45,49	2,30
-Conselheiros	26.824,44	9,08	22.317,22	8,78	20,20
- Dirigentes	63.241,68	21,42	71.824,16	0,28	- 11,95
-Pessoal Próprio	28.255,38	9,57	21.518,19	8,46	31,31
Treinamento/Congresso	283,72	0,10			
Viagens e Estadas	10.270,43	3,48	501,34	0,20	1.948,60
Serviços de Terceiros	116.004,98	39,29	95.808,15	37,68	21,08
Pessoa Física	16.768,74	5,68	16.768,74	6,59	-
-Consultoria Jurídica	10.759,20	3,64	11.931,03	4,69	- 9,82
-Consultoria Atuarial	37.191,90	12,60	15.615,64	6,14	138,17
-Consultoria Contábil	28.300,14	9,58	27.775,72	10,92	1,89
-Informática	16.157,71	5,47	14.012,12	5,51	15,31
-Auditoria Contábil			2.247,54	0,88	- 100,00
-Outras	6.827,29	2,31	7.457,36	2,93	- 8,45
Despesas Gerais	49.528,24	16,77	40.201,44	15,80	23,20
-Despesas com Tributos	31.021,50	10,51	23.628,36	9,29	31,29
-Suprimentos	1.650,18	0,56	2.277,72	0,90	- 27,55
-Diversas	16.856,56	5,71	14.295,36	5,62	17,92
Depreciação/Amortizações	872,35	0,30	2.106,99	0,83	- 58,60
Totais	295.281,22	100,00	254.277,49	100,00	16,13

Fonte: Balançetes Mensais / Controles Internos

7.4 - Despesas Administrativas Gestão de Investimentos

As despesas Administrativas da Gestão de Investimentos experimentaram acréscimo de 1,50 % em relação ao semestre anterior, decorrente da elevação das despesas com Conselheiros e Dirigentes, para adequação ao valor de mercado, e ainda, despesas com tributos e impostos, resultante das receitas positivas ao longo do semestre.

[Handwritten signatures and initials]

Despesas Administrativas Gestão de Investimentos					
Discriminação	Semestres				Variação %H
	1º de 2014		2º de 2013		
	Valor	%V	Valor	%V	
Pessoal e Encargos	103.545,24	45,85	101.215,68	45,49	2,30
-Conselheiros	23.474,55	10,39	19.530,19	8,78	20,20
- Dirigentes	55.343,90	24,50	62.854,56	0,28	- 11,95
-Pessoal Próprio	24.726,79	10,95	18.830,93	8,46	31,31
Treinamento/Congresso	248,28	0,11			
Viagens e Estadas	8.987,82	3,98	438,73	0,20	1.948,60
Serviços de Terceiros	68.970,69	30,54	83.843,39	37,68	- 17,74
Pessoa Física	14.674,61	6,50	14.674,62	6,59	- 0,00
-Consultoria Jurídica	9.415,56	4,17	10.441,05	4,69	- 9,82
-Consultoria Atuarial		-	13.665,52	6,14	
-Consultoria Contábil	24.765,96	10,97	24.307,01	10,92	1,89
-Informática	14.139,89	6,26	12.262,24	5,51	15,31
-Auditoria Contábil			1.966,89	0,88	- 100,00
-Outras	5.974,67	2,65	6.526,06	2,93	- 8,45
Despesas Gerais	43.342,97	19,19	35.180,97	15,80	23,20
-Despesas com Tributos	27.147,42	12,02	20.677,58	9,29	31,29
-Suprimentos	1.444,11	0,64	1.993,27	0,90	- 27,55
-Diversas	14.751,44	6,53	12.510,12	5,62	17,92
Depreciação/Amortizações	763,41	0,34	1.843,84	0,83	- 58,60
Totais	225.858,41	100,00	222.522,61	100,00	1,50

Fonte: Balançetes Mensais / Controles Internos

8. ADERÊNCIA AOS CONTROLES INTERNOS

Para manutenção dos Controles Internos da Entidade dentro das exigências previstas na Resolução nº 13, de 01.10.2004, do então Conselho de Gestão da Previdência Complementar-CGPC, encontram-se em funcionamento os seguintes sistemas:

- Empréstimos a Participantes e Assistidos;
- Folha de pagamento dos Assistidos e Pensionistas;
- Folha de pagamento dos empregados da Entidade;
- Folha de pagamento dos prestadores de serviços contratados;
- Controle da Reserva de Poupança;
- Sistema de cálculos para concessão de aposentadorias e pensões

Os sistemas permitem que a Entidade mantenha os seguintes controles internos:

a) Controle ou Teste de Cadastro e Contribuições

A Entidade mantém atualizadas todas as informações cadastrais e de contribuições dos participantes.

Handwritten signature and initials

b) Controle das Contas dos Participantes

O controle é feito automaticamente pelo sistema com lançamentos em cotas nas Contas dos Participantes. A valorização das cotas é feita de acordo com o critério estabelecido pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

c) Controle da Contabilidade por Planos

O Sistema de Contabilidade da PREVBEP atende as exigências legais quanto à contabilização segregada por planos de benefícios, emitindo balancetes separadamente ou consolidados.

d) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais

A provisão do passivo atuarial (provisões matemáticas) é calculada pelo método de recorrência, que toma por base o INPC + 5% a.a. sendo ajustada pela reavaliação atuarial no encerramento do exercício, ocasião em que são revistas às hipóteses atuarias de acordo com os ajustes salariais e o efetivo de participantes, conforme relatórios de "Avaliação Atuarial Anual", apresentados pela empresa Mirador.

e) Controle da Execução Orçamentária

A Entidade tem feito o controle da execução orçamentária, mensalmente, emitindo Relatórios nos quais identifica e justifica as distorções apresentadas.

f) Controle da Execução da Política de Investimentos

Este Conselho analisou as carteiras dos Planos administrados pela PREVBEP, confirmando que estão adaptados à Resolução CMN nº 3.792, 24 de setembro de 2009.

g) Controle do PPE (Pessoas Politicamente Expostas)

Embora a Entidade administre um Plano de Benefício Definido que se caracteriza pela formação dos Fundos Garantidores onde o valor dos benefícios define o valor da contribuição cujo benefício é previamente conhecido, geralmente relacionado ao salário do participante, contratado de forma que a qualquer tempo sabe-se qual o seu valor, segundo uma fórmula estabelecida no Regulamento, é mantido um controle paralelo no sistema de cadastro, identificando as contribuições fora dos parâmetros normais de cada participante e dos limites estabelecidos pela legislação, informando, quando for o caso, ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução

MPS/CGPC nº 13, de 01º de outubro de 2004, este Conselho analisou a documentação disponibilizada pela Entidade, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

h) Segregação de atividade de funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 10/10/2004.

i) Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a Entidade está cumprindo o Calendário de Obrigações Institucionais, elaborado pela ABRAPP e tem cumprido todas as obrigações junto à PREVIC, à Receita Federal do Brasil, aos Participantes, Patrocinadoras, Instituidores e Conselheiros.

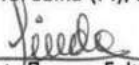
j) Auditorias e Fiscalizações

Verificamos que a empresa A R C Auditores Independentes S/C, em seus relatórios fez a avaliação dos controles internos, consoante ao que estabelece o Artigo 14, da IN/SPC nº 14, de 18 de janeiro de 2007.

9. CONCLUSÃO

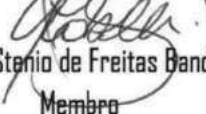
O resultado da análise dos documentos disponibilizados pela Diretoria Executiva da Prevbep, no atendimento as normas vigentes, tais como: Política de Investimentos; Acompanhamento Orçamentário do Plano BEP; Análise DA e Notas Técnicas elaboradas pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda. e Relatório de Avaliação da ARC Auditores Independentes, conforme determina o artigo 1º da IN/SPC nº 3, de 05/1/2004, manifestamos a adequação de todos os controles internos ao modelo de governança em referência na Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01/10/2004, e em conformidade com a estrutura da Entidade.

Teresina (PI), 30 de setembro de 2014


Linda Maria Pessoa Felinto
Presidente


Edmil da Silva Borges
Membro


Murillo Costa Lago
Membro


Robert Stevio de Freitas Bandeira
Membro